

Criação conceitual pelo uso do texto filosófico em sala de aula

Adailton Pereira de Melo
Universidade Federal de Alagoas
adailtonpmelo@hotmail.com

Resumo:

No decurso histórico, quando o homem passa da oralidade para a fixação das palavras por escrito ocorre uma transformação radical no modo de vida, uma nova tecnologia incorporada à cultura humana permitirá que as palavras sejam lidas, relidas, revistas, interpretadas, contextualizadas, aplicadas ao cotidiano, o que não ocorria quando a oralidade se perdia no tempo. O trabalho tem como objetivo e questões: O que seria o texto? O que se entende por texto filosófico e quais as suas implicações para a produção do trabalho pedagógico em sala de aula? É possível um texto não filosófico ter natureza filosófica? A discussão sobre o tema não pode deixar de considerar o significado do texto a partir da linguística textual e compreender como o texto pode ser filosófico ou servir para o percurso filosófico do pensamento. O ponto de partida para a compreensão dos critérios de escolha desse ou daquele texto filosófico para a leitura pelos estudantes considera que a linguagem da filosofia se manifesta linguístico-social e ideológica para o plurilinguismo dialógico. Partindo do ensinamento de que filosofar é produzir conceitos, na perspectiva de Deleuze e Guattari (2010) o uso do texto filosófico em sala de aula é fundamental para que se possa, de fato, realizar com os estudantes o movimento próprio da atividade filosófica, a criação conceitual. Isso por que “Seu hermetismo só o é enquanto não conhecemos o modo de produção que leva a atribuir um sentido inédito a palavras utilizadas no cotidiano, bem como a invenção de outras” (MATOS, 2013, p.87/88).

Palavras-chave: Conceito, Didática, Filosofia, Texto.

Resumo:

En el curso histórico, cuando el hombre pasa de la oralidad a la fijación de las palabras escritas, se produce una transformación radical en el modo de vida, una nueva tecnología incorporada a la cultura humana permitirá leer, releer, revisar, interpretar, contextualizar, aplicar a la vida cotidiana las palabras, lo que no ocurrió cuando la oralidad se perdió en el tiempo. Los objetivos y preguntas del trabajo: ¿Cuál sería el texto? ¿Qué se entiende por texto filosófico y cuáles son sus implicaciones para la producción de trabajo pedagógico en el aula? ¿Es posible que un texto no filosófico sea de naturaleza filosófica? La discusión sobre el tema no puede dejar de considerar el significado del texto desde la lingüística textual y entender cómo el texto puede ser filosófico o servir para el camino filosófico del pensamiento. El punto de partida para entender los criterios para elegir tal o cual

texto filosófico para la lectura por parte de los estudiantes considera que el lenguaje de la filosofía se manifiesta lingüísticamente social e ideológico para el multilingüismo dialógico. Partiendo de la enseñanza que filosofar es producir conceptos, desde la perspectiva de Deleuze y Guattari (2010) el uso del texto filosófico en el aula es fundamental para que uno pueda, de hecho, realizar con los estudiantes el movimiento de la actividad filosófica, la creación conceptual. "Su hermetismo sólo lo es hasta que conocemos el modo de producción que nos lleva a atribuir un significado sin precedentes a las palabras utilizadas en la vida cotidiana, así como a la invención de otras" (MATOS, 2013, p.87/88).

Palabras clave: Concepto, Didáctica, Filosofía, Texto.

Abstract:

In the historical course, when man goes from orality to the fixation of written words, there is a radical transformation in the way of life, a new technology incorporated into human culture will allow reading, rereading, reviewing, interpreting, contextualizing, applying words to everyday life, which did not happen when orality was lost in time. The objectives and questions of the work: What would be the text? What is meant by philosophical text and what are its implications for the production of pedagogical work in the classroom? Is it possible for a non-philosophical text to be philosophical in nature? The discussion on the subject cannot fail to consider the meaning of the text from textual linguistics and understand how the text can be philosophical or serve for the philosophical path of thought. The starting point for understanding the criteria for choosing this or that philosophical text for students to read considers that the language of philosophy manifests itself linguistically social and ideologically for dialogical multilingualism. Starting from the teaching that philosophizing is to produce concepts, from the perspective of Deleuze and Guattari (2010) the use of the philosophical text in the classroom is fundamental so that one can, in fact, realize with the students the movement of the philosophical activity, the conceptual creation. "Its secrecy is only until we know the mode of production that leads us to attribute an unprecedented meaning to the words used in everyday life, as well as to the invention of others" (MATOS, 2013, p.87/88).

Keywords: Concept, Didactics, Philosophy, Text.

“A linguagem é mágica e poderosa, perigosa e encantadora; um grande motivo para estudarmos, pois, através da linguagem nos tornamos autônomos demais.”

Bruno Calil Fonseca

Introdução

Um dos desafios presentes no processo de ensino e aprendizagem nas escolas é despertar nos estudantes o gosto pela leitura, não somente de textos filosóficos, mas de literatura em geral. No Ensino Médio, de modo particular, o hábito da leitura não existe como uma prática social, o que faz com que esta seja uma das preocupações no ensino de Filosofia, ou seja, motivar os discentes para a experiência de leitura e, de modo particular, da leitura do texto filosófico.

A importância da leitura tem destaque desde a biblioteca privada das elites tradicionais no seio das famílias, até a experiência do contexto educacional em sala de aula por ser uma experiência socializada, a qual leva à compreensão de que historicamente se tem consciência de que, a experiência comum faz com que se conheça os fenômenos das mudanças que operam na realidade, tão bem quanto qualquer pessoa, porque tudo no mundo se apresenta como manifesto de mutabilidade. Nesse caso, a leitura do texto filosófico promove o despertar para as possibilidades de mudanças, ao mesmo tempo em que conduz a outro tipo de indagação, uma vez que o filósofo formula e apresenta as questões de modo mais incidente e pertinente, assim como convida a uma busca de reflexão cuidadosamente elaborada, o que ocorre através do exercício do pensamento, do aprender a aprender (ADLER; DOREN, 2010).

Rogue (2014) afirma que a educação filosófica em sala de aula no Ensino Médio, através de leitura e compreensão do texto filosófico (fragmento), mesmo nos manuais, sempre foi priorizado. Contudo, não se pode esquecer que a leitura do texto integral ou do fragmento, segundo Marcushi (2012, p.26) propõem “critérios mais amplos que os puramente linguísticos”, por ser considerada uma unidade comunicativa e não uma simples unidade linguística. Nesse sentido a leitura do fragmento (quando o texto se trata de uma obra inteira) deve ser realizada considerando sua importância e objetividade prevista no planejamento curricular do professor (BAKER; BONJOUR, 2010).

Na perspectiva de Ghedin (2009), Folscheid e Wunenburg (2006), Dalri, e Junkers (2003), Cossuta (1998), tem-se a leitura como algo fundamental, porque se propõe passar do objeto (texto filosófico) para o seu conhecimento, isso implica interpretação, a qual exige

leitura, ou seja, a procura de entrelaçar o momento de aticamento da busca do que não está explícito, para que se possa dialogar de forma reflexiva com o texto.

O problema que se apresenta é como é possível uma educação filosófica dos estudantes do Ensino Médio através do exercício de leitura dos textos filosóficos? O que é um texto e o que é um texto filosófico? Quais os critérios da escolha de um texto filosófico? Por que um texto (ou fragmento) filosófico e não outro gênero? É possível um trabalho de leitura de um texto filosófico no Ensino Médio da Educação Básica? O professor deve ser mediador da aprendizagem ou comentador?

Na busca de responder às questões problematizadoras, tem-se por escopo analisar o exercício da educação filosófica em sala de aula no Ensino Médio, a partir do uso do texto filosófico (fragmento), escolhidos conforme a proposta curricular em experiências diversificadas. E quer-se especificamente: compreender como o texto filosófico foi abordado, historicamente, na tradição do ensino de filosofia – como formação do filósofo nas academias ou escolas filosóficas; discutir o significado do que é o texto e do que caracteriza o ser um texto filosófico, quais suas topologias e como é possível, a partir de sua leitura, exercitar o processo de compreensão e letramento filosófico, refletindo sobre a finalidade e alcance da leitura de um texto filosófico (fragmento) na Educação Básica, sob o olhar da legislação pedagógica e da prática curricular; realizar uma intervenção didática em sala de aula, no Ensino Médio, a partir da escolha/seleção de textos (fragmentos), de acordo com a proposta das temáticas curriculares da SEE (Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco)-PE, seguido da aplicação, testagem e avaliação.

O trabalho se justifica por acentuar a relevância do ensino de Filosofia com o uso do Texto Filosófico (fragmento), possibilitando a experiência da leitura e da reflexão que, na perspectiva de Deleuze (2006), é uma experiência de aprendizagem da filosofia que se processa através de atos subjetivos operados diante do contato do leitor com os mesmos. Nesse sentido, a leitura filosófica é a busca exploratória dos significados e significantes, das relações semânticas, do desvelamento das metáforas e das analogias, de saber que o texto filosófico está falando ou que é a quem está respondendo.

Nesse sentido, por uma inteligência da linguística é fundamental, como afirmam Koch e Elias quando dizem que a leitura é uma atividade de construção de sentidos que pressupõe a interação autor-texto-leitor, “é preciso considerar que nessa atividade, além dos pontos de sinalização que o texto oferece, entram em jogo os conhecimentos dos textos” (KOCH; ELIAS, 2014, p.37). Dessa forma, o processo de atividade de leitura é, na verdade, um exercício de

pensamento que envolve estratégias sócio cognitivos, o que significa, segundo Koch e Elias (2014) a mobilização de tipos de conhecimento armazenados na memória, ao mesmo tempo em que o estudante processa recortes que ajudam a mobilizar hipóteses interpretativas. O significado é o desenvolvimento de conhecimentos linguísticos, enciclopédicos e interacional que permitirá a interpretação para a produção do discurso, a compreensão do conceito e a discussão filosófica em sala de aula.

Gallo (2012), ensina que, no uso do texto filosófico em sala de aula, o estudante é convidado a aprender praticando, experimentando o pensamento em sua fonte. Nesse sentido, a filosofia ganha a ênfase do ser o pensar reflexivo do homem sobre o seu cotidiano para compreender os seus atos e seus pensamentos. Contudo, não se trata de qualquer reflexão, mas o refletir sobre próprio pensar, o que pressupõe o contato com o texto, ou seja, pensar o já pensado, voltar para si mesmo e colocar em questão o que já se conhece.

Aspis e Gallo (2009) acrescentam que o professor através de uma “aula artesanal” pode conduzir os estudantes a desenvolverem a capacidade de leitura do texto filosófico, de maneira motivadora e prazerosa, tomando a postura de mediador e não comentador, e considerando como meta a seguir a criação de conceitos que se direciona para a leitura filosófica, a contextualização reflexiva da história da filosofia (Isso não quer dizer que a história da filosofia seja colocada como objeto a ser consumido ou contemplado), reconhecendo não apenas o texto, mas o filosofar particular e, finalmente, a produção escrita. Assim, conforme os autores, o ensino de filosofia em sala de aula neste século XXI se debate em dois processos distintos que envolvem os estudantes: de um lado se tem um modelo de escola tradicional que ainda sobrevive em práticas pedagógicas em sala de aula pouco atrativas e conservadoras; de outro, há um processo de envolvimento dos jovens nas chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, que caracteriza-os no cotidiano de suas existências.

Perspectivas iniciais

Para entender a função do texto filosófico em sala de aula é importante compreender que primeiro se faz necessário saber qual o texto a ser escolhido como resposta a uma problematização proposta ou como resposta a uma problematização advinda de uma temática curricular e definida ou eleita pelos estudantes em sala de aula; segundo, o texto deve ser filosófico e conduzir ao diálogo em sala de aula, a partir do confronto com o problema colocado, considerando a dimensão da temática do currículo oficial, mas sem se prender necessariamente a ele, tais como ética, política, estética, filosofia da linguagem, entre outros.

Severino (2009, p.4) indica que a filosofia como modalidade de conhecimento é um “exercício de nossa faculdade de pensar as coisas, de apreender os seus sentidos, de buscar a significação que ela tem para nós.” Esse exercício ocorre à medida que se tem contato com o texto, considerando, como afirma Folscheid e Wunenburg (2006) que os textos filosóficos são meios de conhecimento e que o repensar sobre o pensar é que não é um ato que não se aprende, ao mesmo tempo em que não se pode prescindir do fato de que a apreensão do texto filosófico ocorre pela leitura, a qual implica numa inter-relação de que só há conhecimento se houver iniciação filosófica.

A escolha de um texto filosófico a ser trabalhado em sala de aula não pode deixar de considerar uma breve introdução, contextualização da produção filosófica, mas não pode se reduzir à mesma, assim como o professor não pode ser o comentador ou promotor da análise textual, sob o risco de inibir a possível intervenção dos estudantes na apreensão do texto, na elaboração de conceitos e no confronto de ideias. O texto não pode ser meramente ilustrativo de um período da História da Filosofia, assim como não pode ser reduzido à ilustração temática proposta pela estrutura curricular escolar. Contudo, “seria impensável defender a aproximação do aluno aos textos sem também defender a aproximação da dimensão histórica desses textos” (ASPIS; GALLO, 2009, p. 100).

Dessa forma, se pode incidir que se faz necessário uma problematização e que o texto filosófico deve ser o fio condutor do discurso e do confronto entre realidade apropriada pelos estudantes e o texto filosófico. Nesse caso, não se pode reduzir a leitura do texto a qualquer texto. O texto deve ter uma relação dialógica com a problematização e isso ocorre no momento que os discentes entram em contato direto com o texto ou fragmento de texto.

Aspis e Gallo (2009) chama a atenção para o processo de leitura do texto filosófico em relação ao confronto com a problematização colocada como temática ou ponto de partida da aprendizagem filosófica em sala de aula, ou seja, não deve o professor explicar o texto ou comentá-lo, sob o risco de cair em reducionismo ou imposição de uma determinada leitura. “A explicação é um outro texto, é um discurso inventado pelo professor sobre o texto em questão” (ASPIS; GALLO, 2009, p.18). Ao contrário, mesmo o professor elegendo o texto, ele o faz para que este seja o mediador da reflexão, do confronto, do discurso, da possibilidade de ser explorado, esmiuçado pelos estudantes.

Em sala de aula, o uso do texto filosófico deve ser realizado para a construção de sentidos para o estudante. Não pode ser uma hermenêutica oferecida pelo professor, porque não

se situa no âmbito da compreensão histórica do autor e de seu texto. Por outro lado, não se trata apenas de uma ação linguística reduzida à gramática e ao léxico, embora não se possa desprezar esses últimos, haja vista que são “determinantes na construção da coerência e da relevância dos sentidos ativados” (ANTUNES, 2010, p.16). Mesmo que, conforme Irandé (2014, p.18) todo e qualquer texto significa o resultado de elementos característicos e contextuais, o que significa funcionar como parte de um evento comunicativo, ao mesmo tempo em que resulta do conhecimento do mundo (problematização) atuando pelo “conjunto de elementos contextuais e textuais”, ou seja, dá-se numa relação dialógica entre leitor,- texto – problema filosófico, seja ele existencial, circunstancial ou empírico oferecidos pelos estudantes como ponto de partida na sensibilização e apresentação/eleição do problema a ser discutido. O texto é ponto de partida para o pensar, considerando que:

O pensar é um pressuposto à formação humana, como possibilidade do aprendizado dos modos de olhar, de conceber o mundo, de construir um ponto de vista; é aprender com a Filosofia a alcançar uma perspectiva, capaz de nos encantar na leitura do mundo, situar- nos nele com certa autonomia (MATOS; COSTA, 2014, p. 120).

Nesse caso, observa-se que o texto conduz à textualidade, ou seja, uma característica estrutural das chamadas atividades sócio comunicativas que também são linguísticas e são executadas entre os processos de comunicação, o que significa que “nenhuma ação da linguagem acontece fora da textualidade” (ANTUNES, 2010, p.29), mesmo o texto filosófico e, como expressão de propósitos comunicativos a ele se recorre como atividade funcional, no sentido de que tem uma finalidade, como um objeto específico,

Ele implica em uma expressão verbal de uma atividade social de comunicação, mesmo que filosófica, que envolve um parceiro, ou seja, o interlocutor, o que implica em certo dialogismo. Segue-se a esse princípio, o fato de que todo texto filosófico deve se caracterizar por uma orientação temática, o que significa que o texto se constrói a partir de um tema, de um tópico, de uma ideia central, de um núcleo semântico que lhes dá condições de continuidade, unidade, comparação e que implica em outros critérios de textualidade tais como a coesão, a coerência, a intencionalidade, a informatividade e a situacionalidade (ANTUNES, 2010; FOLSCHEID; WUNENBURG 2006).

No entanto, com todas as características que perfazem o sentido do texto, no caso do texto usado para a intervenção em sala de aula parece ser algo novo, mas o que se estabelece no novo é o provocar possibilidades do estudante estabelecer algo distinto, aprender a aprender, conforme a indicação de Deleuze, não poderia abandonar totalmente as produções e a literatura sobre o assunto, mas recuperá-las de modo a provocar um tensionamento em suas propostas (DELEUZE, 2015, p. 64), isso porque a filosofia está saturada de discussões sobre o juízo das atribuições (o céu é azul) e o juízo de existência (Deus é), suas reduções possíveis ou sua irredutibilidade [o ensino da filosofia não pode ser reduzido a...]. Mas trata-se sempre de o verbo ser”.

O que é um texto?

Para Antunes (2014, p.18), todo e qualquer texto significa “o resultado de elementos característicos e contextuais, o que significa funcionar como parte de um evento comunicativo, ao mesmo tempo em que resultado conhecimento do mundo (problematização) atuando pelo “conjunto de elementos contextuais e textuais”, ou seja, dá-se numa relação dialógica entre leitor,- texto – problema filosófico, seja ele existencial, circunstancial ou empírico oferecidos pelos estudantes como ponto de partida na sensibilização e apresentação/eleição do problema a ser discutido.

Pode-se definir texto ou discurso como ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal. Antes de mais nada, um texto é uma unidade de linguagem em uso, cumprindo uma função identificável num dado jogo de atuação (COSTA VAL, 2006, p.5).

Contudo, para efeito de desenvolvimento do presente trabalho, quando se faz referência à leitura e à própria produção dos estudantes, o texto pode ser compreendido como escrito, relevando os aspectos especiais de fixação da palavra.

Conforme Monnerat e Rebello Viegas (2012), o texto é fruto da atividade discursiva e nele circulam, interagem e se integram múltiplas informações, implícitas e/explicitas, algumas evidentes por si mesmas, mas na maioria das vezes, dependentes da interpretação. “Por isso, um texto é necessariamente fruto de uma construção de sentido em que cooperam quem o enuncia e quem o recebe” (MONNERAT; REBELLO VIEGA, 2012, p.23), ou seja, ele existe

dentro de um processo comunicativo efetivo em que o autor estabelece pelo seu texto um diálogo tríplice: com o leitor, com a realidade que lhe pertence e que se traduz em seu pensamento e no seus conceitos, mas também com o tempo/momento em que o leitor se apropria do seu conteúdo e promove a construção do seu próprio conceito.

O texto é considerado como um todo organizado de sentido, produzido e recepcionado por sujeitos em um determinado espaço e tempo. Acresce-se que pode ser verbal, visual, verbal e visual e não verbal. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, surgem novos gêneros textuais, graças as inovações impulsionadas pela linguagem produzidas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação, ampliando ainda mais o conceito de texto. Capistrano Junior (2017) acentua que o texto é um evento comunicativo para o qual se direcionam ações linguísticas sociais e mesmo cognitivas, capazes de serem revisitadas e reformuladas conforme a predisposição crítica de quem se assevera do mesmo.

Para Koch (2003), o texto é um evento dialógico, de interação entre sujeitos sociais, contemporâneos ou não, de um mesmo grupo social ou não, mas em um diálogo constante. O texto pode ser verbal ou não verbal, como foto, pintura, escritura, filme, dança, entre outros.

A palavra texto, segundo Monnerat e Rabello Viega (2012), é derivada do latim *texto* e significa tecido ou entrelaçamento, o que significa que o texto resulta de uma ação de tecelagem, de entrelaçamento de pequenas unidades com a finalidade de se criar um todo inter-relacionado. Desse modo, quando se faz referência em textura ou mesmo, tessitura de um texto, se remete ao fundamento de sua unidade, a textualidade, o que significa que o sentido de uma frase depende de modo pontual do sentido das demais frases que se relacionam. “Chama-se textualidade ao conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto e não apenas uma sequência de frases” (COSTA VAL, 2006, p.5).

Brait (2016) comenta a noção de texto defendida por Bakhtin, afirmando que o mesmo se refere ao texto como:

Uma dimensão linguística atualizada por um sujeito coletivo ou individual, que se caracteriza como enunciado concreto, situado, pertencente a um contexto, a uma cultura, um diálogo com interlocutores presentes, passados e futuros. [...]. Na perspectiva dialógica, o texto ganha existência e consistência, realiza-se, no confronto entre duas consciências, entre ao menos dois interlocutores, em conjunção com discursos situados histórica, cultural e socialmente (BRAIT, 2016, p.16).

Sob esse aspecto, Marcushi (2012), defende que o texto não é apenas uma unidade

virtual, mas concreta e atual e não pode ser entendida como uma simples sequência coerente de sentenças, mas como uma ocorrência comunicativa. “Não é uma configuração produzida pela simples união de morfemas, lexemas e sentenças, mas o resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações comunicativas” (MARCUSCHI, 2012, p.30).

Dessa forma, pode-se afirmar que um texto se define pela organização ou estruturação que faz dele um todo de sentido, como objeto do processo de comunicação que se estabelece entre dois interlocutores. O texto, além de ser compreendido como objeto de significação, deve ser também entendido como objeto de comunicação entre sujeitos. Contudo, não se pode esquecer, conforme Rocha (2015, p.193), que a linguagem é um instrumento que “permite a um emissor ou falante transformar ideias em palavras, mediante certas convenções, e que, da mesma forma, a linguagem possibilita a operação inversa”, numa relação dialógica, mas original e não apenas reprodutora das ideias contida em determinado texto.

Os processos que envolvem o ato de compreender o texto e obter os seus sentidos dependem dos tipos de conhecimentos que foram adquiridos pelo leitor ao longo de sua vida. Assim, podemos citar o conhecimento linguístico, que envolve tudo o que se sabe sobre a língua, como as regras morfológicas e sintáticas, o uso do léxico, etc.; o conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo, que é constituído por todos os saberes adquiridos, formal ou informalmente, durante a vida do leitor e armazenados em sua memória; e o conhecimento interacional, que consiste na mobilização dos saberes relacionados às formas de interação para podermos interagir por meio da linguagem, o que nos possibilita realizar certas formas de comunicação. É preciso que o texto esteja inserido na cultura dos leitores/ouvintes e seja escrito na língua que eles dominam para que produza os sentidos, os efeitos desejados pelo escritor/falante. “O domínio da língua é também uma condição da textualidade.” (MARCUSCHI, 2008, p.90).

Uma vez que a linguística fornece os elementos básicos para se compreender o que é um texto, procura-se responder à pergunta do que seria um texto filosófico.

O texto filosófico construído em sala de aula

Entende-se o texto como parte de um processo comunicativo dialógico, pode ser verbal ou não verbal, oral ou escrito. A ênfase no texto e em sua produção presente nesse trabalho diz respeito ao texto escrito, que provoca algumas questões fundamentais: quando falamos em texto

filosófico estamos nos referindo aos textos clássicos da tradição filosófica?

A inclusão dos textos da historiografia filosófica, os manuais, livros didáticos e todos os outros textos da “filosofia especializada” são textos filosóficos? Obras de outros campos da produção cultural podem ser considerados como detentores do *status* de “filosóficas”? Obras de escritores como Machado de Assis, Ariano Suassuna, Patativa do Assaré e Dostoievski poderiam estar associados à reflexão filosófica? Documentos históricos, poemas, músicas, charges podem ter conteúdos e/ou dimensão filosófica?

Todo texto é a expressão de algum propósito comunicativo e a ele recorre-se como atividade funcional, no sentido de que tem uma finalidade para a qual o leitor recorre, como um objeto específico, no caso do texto filosófico em sala de aula, é o lume do confronto oferecido aos estudantes às suas expectativas, problematizando- os sobre as experiências factuais.

Nesse sentido, a problematização não pode partir do princípio de que o texto já é uma tentativa de se esperar dos discentes uma resposta pela qual o professor já a tem como pressuposto. Isso porque a filosofia “é um construtivismo, e o construtivismo tem dois aspectos complementares: criar conceitos e traçar um plano”, no caso, o plano da imanência (DELEUZE, 2010, p.45). Plano da imanência que “não é um conceito pensado nem pensável, mas a imagem o pensamento. A imagem do que ele se dá do significa pensar, fazer uso do pensamento, se orientar no pensamento” (p.47).

O texto implica em uma expressão verbal de uma atividade social de comunicação, mesmo que filosófica, que envolve um parceiro, ou seja, o interlocutor, o que implica em certo dialogismo, já pensado e reconhecido por Bakhtin (1995). Segue-se a esse princípio, o fato de que todo texto filosófico deve se caracterizar por uma orientação temática, o que significa que o texto se constrói a partir de um tema, de um tópico, de uma ideia central, de um núcleo semântico que lhes dá condições de continuidade, unidade, comparação e que implica em outros critérios de textualidade tais como a coesão, a coerência, a intencionalidade, a informatividade e a situacionalidade (ANTUNES, 2010; FOLSCHEID; WUNENBURG 2006).

O professor, nesse caso, não pode e não deve ser o explicador do texto, mas deve dialogar com texto, a partir da leitura e reflexão realizada pelos estudantes, sem a intervenção inicial comentada pelo docente. Isso é entendido como o exercício do pensar o texto filosófico pelo texto em si e sob a perspectiva do que ele oferece como condição de um determinado problema apresentado pelos estudantes, como por exemplo, uma questão ética (corrupção no Brasil, dentro da temática curricular de ética ou mesmo de Filosofia Política). No caso, o

estudante não é filósofo, mas, conforme Deleuze:

O não filosófico está talvez mais no coração da filosofia do que a própria filosofia, e significa que a filosofia não pode contentar-se em ser compreendida somente de maneira filosófica ou conceitual, mas que ela se endereça também, em sua essência, aos não filósofos. A filosofia é ao mesmo tempo criação de conceito e instauração do plano (DELEUZE, 2010, p.51/52).

Nesse sentido, entende-se que o pensar (plano da imanência) é um pressuposto à formação humana para a produção de conceitos em filosofia, como possibilidade do aprendizado dos modos de olhar, de conceber o mundo, de construir um ponto de vista; é aprender com a Filosofia a alcançar uma perspectiva, capaz de nos encantar na leitura do mundo, situar-nos nele com certa autonomia (MATOS; COSTA, 2014, p. 120).

Para evitar o uso autoritário que legitime uma concepção filosófica determinada e que se traduza em uma hierarquização entre os mesmos, opta-se por falar em textos filosóficos, os quais são escolhidos a partir da tentativa de caracterização do que seja um texto filosófico ou um texto com linguagem filosófica.

Para efeito didático de compreensão do que pode ou não caracterizar um texto filosófico, optou-se pela análise dialógica da linguagem de Bakhtin e da filosofia dos conceitos de Deleuze, haja vista que os mesmos podem oferecer uma discussão que supere uma concepção naturalista do texto filosófico, que defende que somente o texto considerado filósofo pela história da filosofia pode ser essencialmente filosófico, descartando a possibilidade de outros gêneros textuais de linguagem serem considerados como tais, daí, a necessidade de se colocar em discussão a natureza sociocultural da linguagem.

Bakhtin (2011), no confronto com os princípios do materialismo histórico e dialético no entendimento dos fenômenos da linguagem, procura especificar o como entender o caráter social e histórico o uso que se faz da linguagem, mostrando que a mesma é indissociável das relações sociais, das tramas históricas e mesmo, da vida cultural e ideológica que permeia as sociedades, o que faz com que os signos, os textos e a enunciação sejam de natureza social, ou seja, numa perspectiva de se situar no plano da imanência. O plano da imanência “é o espaço diagramático por onde as coordenadas intensivas dos conceitos se movem. Se os conceitos são acontecimentos então o plano é o horizonte dos acontecimentos, precisamos dele, mas mais do que isso, nós o criamos” (DELEUZE; GUATARRI, 2010, p.45).

É através do plano de imanência que nos orientamos no pensar, **ele é o primeiro recorte do caos**, ele opera as conexões entre os diversos conceitos que o habitam. Se dissemos que os conceitos são elásticos, então precisamos dizer que o plano deve ser fluído. Um se ajusta ao outro. É apenas traçando um plano que é possível envolver a velocidade infinita dos conceitos. Não podemos esquecer, a filosofia cria conceitos para enfrentar o caos, para isso ela precisa erigir um plano que dê conta de tal tarefa sem perder o infinito.

Considerando a interação verbal como ponto fundamental da linguagem a partir de um sistema da língua, Bakhtin (2010) defende que a linguagem é viva e dinâmica, constituindo-se no produto da interação entre o locutor e o ouvinte, uma vez que toda palavra define um sujeito em relação a outro e em relação a coletividade supera o caos e se ajustam no processo de comunicação. Dessa forma, ocorre sempre no dialogismo o entendimento da linguagem, uma vez que esta precede os interlocutores e ao passar de um sujeito a um destinatário ela produz uma contra palavra, haja vista que a enunciação da interação ocorre dentro de um contexto social dos interlocutores. Nesse caso, compreender não equivale a reconhecer o sinal, a forma linguística, nem a um processo de identificação; “o que realmente é importante é a interação dos significados das palavras e seu conteúdo ideológico, não só do ponto de vista enunciativo, mas também do ponto de vista das condições de produção e da interação locutor/receptor” (BAKHTIN, 2011, p.2).

Bakhtin (2011) defende que a vida da linguagem é indissociável das relações sociais, das transformações históricas, e mesmo da vida cultural e ideológica que permeia as sociedades. Desse modo, o autor afirma que a língua, signos, textos e

enunciación possuem a mesma natureza social, ou seja, estão implicados em um plano da imanência que conduz ou cria as condições de criação de conceitos, numa perspectiva deleuziana.

Isso significa que a linguagem textual, filosófica, é evento e como tal tem sentido apenas na interação verbal por ser dinâmica, um produto interativo entre locutor e ouvinte. Contudo, Bakhtin (2010) considera que no dialogismo, a linguagem precede os interlocutores por colocá-los em uma relação, ou seja, a palavra, ao passar por um sujeito x ela se direciona para um sujeito y, ofertando uma contra palavra.

No processo de enuncição, a compreensão ativa é um dos seus movimentos básicos, isso porque quando o interlocutor elabora uma enuncição ele espera uma resposta, que irá gerar um confronto enunciativo (BAKHTIN, 2011). O autor acentua que dois enunciados que são diferentes um do outro, no espaço e no tempo, sem nenhum saber algo sobre o outro, “no conjunto de sentidos revelam relação dialógica se entre eles há ao menos uma convergência de sentidos (ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.) (BAKHTIN, 2011, p.331). Nesse sentido, o diálogo é apenas uma forma visível de manifestação das relações dialógicas.

Considerando que o dialogismo implica no conflito entre projetos diversos da produção de sentidos diversos da produção de sentido, a linguagem filosófica em sua leitura e compreensão ocorre de forma dialógica. Considerando que o filósofo é capaz de ser criador de conceitos (DELEUZE, 2010), ao mesmo tempo que argumenta e pensa (em um plano de imanência), o faz a partir da linguagem e essa linguagem ao ser lida, compreendida e interpretada é realizada de forma dialógica com o filósofo-autor, ou com sentido filosófico oferecido ao texto não necessariamente escrito por um filósofo. “O plano da imanência tem duas faces, como pensamento e como Natureza” (DELEUZE, 2010, p.48).

A linguagem do filósofo, nesse processo dialógico, não se reduz a uma dimensão puramente técnica e institucionalizada. Não é a linguagem apenas de especialista, mas presente no contexto de visão de mundo das pessoas, ou seja, não como visão dos sujeitos que dialogam com os textos clássicos da filosofia, mas presente em outras linguagens. Isso porque se a atividade filosófica inicia com a criação de conceitos, “o plano da imanência deve ser considerado como pré-



filosófico. Ele está pressuposto, não de maneira pela qual um conceito pode remeter a outros, mas pela qual os conceitos remetem eles mesmos a uma compreensão não conceitual” (DELEUZE, 2010, p.51).

Essa definição conduz ao entendimento proposto por Poncio; Calefato e Petrilli (2007) ao afirmarem que a linguagem filosófica tem duas dimensões integrativas e fundamentais: ela é pluridiscursiva, porque não se reduz a nenhum gênero do discurso ou da enunciação; e ela é pluriestilística, não é fechada, não se reduzindo a nenhum estilo próprio de um autor ou de um período da história da filosofia.

Essas duas características ou dimensões da linguagem filosófica permite uma maior abertura do encontro com o texto, da instauração do plano de imanência e da possibilidade de se criar conceitos, isso porque além da profusão de gêneros presentes como textos filosóficos, a filosofia admite o distanciamento do autor em relação a enunciação e a identificação do autor com seu próprio conceito (observe-se os conceitos platônicos mediados pela figura de Sócrates).

Conclusões

Subsuma-se que a eleição ou escolha desse ou daquele texto filosófico não deixa de considerar que o texto filosófico em si mesmo é um tipo de gênero textual, contudo se destaca pela sua pluridiscursividade e pela sua natureza pluriestilística. No entanto, a literatura é rica em textos que embora não seja diretamente filosófico, impõem-se pela sua natureza literária capaz de produzir no leitor a necessária estrutura de reflexão para a construção de conceitos. Dessa forma, todo gênero pode ser filosófico ou atender uma necessidade filosófica, desde que seja capaz de produzir no sujeito que interpela seu diálogo com o texto. Nesse sentido, Derrida produz “um entrelaçamento do filosófico e do literário” (SALANSKYS, 2015, p.31).

Contudo, há de se levar em consideração que o universo de textos é muito grande e dado, os limites impostos pelo tempo da hora aula de filosofia, o professor ficaria limitado a uma infinidade de “retalhos” textuais, caso resolvesse optar por introduzir os estudantes ao contato com toda produção filosófica. Nesse caso, partindo do ensinamento

de que filosofar é produzir conceitos, na perspectiva de Deleuze e Guattari (2010) o primeiro princípio trata-se do fato de se realizar com os estudantes o movimento próprio da atividade filosófica, a criação conceitual. Isso por que como todo conhecimento, a filosofia é um gênero literário, isto é, formação discursiva, com regras próprias, cujos meios são os conceitos que permitem elaborar problemas e esclarecê-los. “Seu hermetismo só o é enquanto não conhecemos o modo de produção que leva a atribuir um sentido inédito a palavras utilizadas no cotidiano, bem como a invenção de outras”! (MATOS, 2013, p.87/88).

Nesse caso, a criação de conceitos também se submete ao princípio de aprofundamento da contextualização temática. O termo contextualizar se refere ao fato de adicionar uma situação, acontecimento ou discurso ao ambiente que está inserido. Do ponto de vista do discurso, segundo Bakhtin (2010; 2011), pode-se dizer que contextualizar é colocar um texto dentro do outro a partir de determinado tempo; ou dar sentido ao que aprende e ensina em confronto com a realidade cotidiana, fazendo com que o contexto – fato, espaço, período, tempo, evento, acontecimento, tenham sentido. É dar sentido ao ambiente discursivo.

Estreitamente relacionado à questão da motivação e interesse do estudante pela aquisição do conhecimento como parte da sua formação, construção do seu itinerário formativo, a contextualização visa dar significado ao que se pretende compartilhar como saberes com o aluno, fazendo com que o mesmo sinta a necessidade de adquirir um conhecimento que ainda não tem e, no caso, pode ser realizada de forma temática, seja por eleição, por proposta curricular ou do professor, por curiosidade discente, por reciprocidade cultural ou situação social vivenciada no momento. Até mesmo porque, “a filosofia, apesar de toda sua abrangência e amplitude, não deixa de ser uma região peculiar da curiosidade humana” (ROCHA, 2014, p.46).

Conforme Rocha (2014), a filosofia provoca, por um lado, um exame daquelas ideias fundamentais que usamos de maneira indireta no dia-a-dia, ou seja, uma atividade que se ocupa de conceitos fundamentais do ser humano, ao mesmo tempo em que, enquanto cada área do saber humano tem se ocupado com um aspecto particular e peculiar da realidade, a filosofia incide sobre o todo, à própria realidade como um todo. Por isso, “trata-se de uma área de conhecimento que vive em meio a uma peculiaríssima imersão na cotidianidade, que traz consigo, no particular e no singular, uma presença latente da universalidade, e que possui um inacabamento essencial” (p.47).



Obras consultadas

- ADLER, Mortimer J.; DOREN, Charles van. **Como ler livros**. O guia clássico para a leitura inteligente. São Paulo: É Realizações, 2010.
- ANTUNES, Irandé. **Análise de textos**. Fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ASPIS, Renato Lima; GALLO, Silvio. **Ensinar filosofia**. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.
- BAKER, Ann; BONJOUR, Laurence. **Filosofia: textos fundamentais comentados**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Ateliê, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- CAPISTRANO JUNIOR, Rivaldo. **Linguística textual**. Diálogos interdisciplinares. São Paulo: Editora Lbrador, 2017.
- CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele. **Filosofia e formação**. Cuiabá-MT: Central do Texto, 2012.
- COSSUTA, Frederic. **Didática da filosofia**. Como interpretar textos filosóficos. Lisboa: ASA, 1998.
- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DALRI, Emannuele Santiago; JUNKERS, Rosane Santana. **Comunidade de aprendizagem significativa**. Florianópolis: SOPHOS, 2003.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2014.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Fenômenos da linguagem**.V.1. Rio de Janeiro; Lucerna, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2012.



- MATOS, Junot Cornélio; COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Ensino de filosofia; questões fundamentais.** Recife; Editora Universitária da UFPE, 2014.
- MATOS, Junot Cornélio. **O ensino de filosofia e a formação de professores.** São Paulo: Loyola, 2013.
- MONNERAT, Rosane; REBELLO VIEGAS, Ilana. **Português I.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.
- ROCHA, Ronai Pires da. **Ensino de filosofia e currículo.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2015.
- ROGUE, Evelyne. **Comentário de texto filosófico.** Curitiba: Editora UFPR, 2014.
- SALANSKYS, Jean-Michel. **Derrida.** São Paulo: Estação Liberdade, 2015.
- SEVERINO, Antônio Joaquim Severino. **Como ler um texto de filosofia.** 2.ed. São Paulo: Paulus, 2009

